





Estado do Paraná

CNPJ nº: 95.587.622/0001-74

Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRÉGIO OFICIAL Nº. 16/2020-PMV

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS FUNCIONÁRIOS QUE SE DESLOCAM PARA REALIZAR ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIRMOND. Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº. 95.587.622/0001-74, com endereço à Av. XV de Novembro, 608, Centro, Virmond, PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **NEIMAR GRANOSKI**, portador de cédula de identidade nº. 4.652.899-9 SSP/PR e CPF/MF nº. 777.826.319-04.

ATA Nº. 60-20

DETENTORA DA ATA: CELSO MIRZWA, com sede na Rua Jose Bonifacio, Esq. Com Independência, s/n, bairro centro, Virmond/PR, CEP 85.390-000 e inscrita no CNPJ sob nº. 09.112.946/0001-14, representada pelo Sr. **Celso Mirzwa**, portador da Carteira de Identidade RG nº. 4.734.937-0 SSP/PR e CPF/MF sob o nº. 675.448.439-04.

Preços registrados:

Lote 001 - Lote 001						
ITEM	DISCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNIT. R\$	SUBTOTAL R\$
	13008 SERVIÇO DE ATENDIMENTO "SOCORRO EM VEÍCULOS (KM)	KM	180,00	MECANICA MIRZWA	2,00	360,00
	13009 SERVIÇO MECÂNICA GERAL EM			MECANICA MIRZWA		
2	ONIBUS E CAMINHÕES	HS	1.000,00	MECANICA MIRZWA	52,00	52.000,00
					TOTAL RS.	52.360,00

Lote 002 - Lote 002						
ITEM	DISCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNIT. R\$	SUBTOTAL R\$
	13008 SERVIÇO DE ATENDIMENTO "SOCORRO EM VEÍCULOS (KM)	KM	120,00	MECANICA MIRZWA	2,00	240,00
	13009 SERVIÇO MECÂNICA GERAL EM			MECANICA MIRZWA		
2	AMBULÂNCIAS E VANS	HS	300,00	MECANICA MIRZWA	52,00	15.600,00
					TOTAL RS.	15840,00

Lote 003 - Lote 003						
ITEM	DISCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNIT. R\$	SUBTOTAL R\$

1	"SOCORRO" EM VEICULOS (KM)	KM	100,00	MIEZWA	2,00	20,00
2	13207 SERVIÇO MECANICA GERAL	HS	300,00	MIEZWA	50,00	15.000,00



Prefeitura Municipal de Virmond
Estado do Paraná
 CNPJ nº 95.587.422/0001-74
 Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

	TOTAL R\$	15200,00
--	-----------	----------

Data da Atã: 03 de julho de 2020.

Vigência da Ata: 12 meses.

Foro: Comarca de Cantagalo/Pr.



Prefeitura Municipal de Virmond
Estado do Paraná
CNPJ n.º 95.587.622/0001-74
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2020-PMV
Município de Paraná – Paraná

Objeto: "Contrata de serviços de internet via fibra tica".

Contratante: MUNICÍPIO DE VIRMOND, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 95.587.622/0001-74, com endereço  Av. XV de Novembro, 608, Centro, Virmond, PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **NEIMAR GRANOSKI**.

Contrato n.º 61-20

Contratada: NELSON BAVARESCO & BAVARESCO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 74.085.358/0001-09, no valor total de R\$ 5.268,00 (cinco mil duzentos e sessenta e oito reais).

Contrato n.º 62-20

Contratada: DESEMPENHO PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 15.349.138/0001-78, no valor total de R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Assinatura: 03 de julho de 2020.

Foro: Comarca de Cantagalo – Paraná.



Prefeitura Municipal de Virmond
Estado do Paraná
CNPJ n.º 95.587.622/0001-74
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2020-PMV

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA REALIZAO E EVENTUAL CONTRATACO DE EMPRESA PARA REALIZAO DOS SERVIÇOS DE SONORIZAO, DESTINADOS AOS EVENTOS DA ADMINISTRAO

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIRMOND, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 95.587.622/0001-74, com endereço à Av. XV de Novembro, 608, Centro, Virmond, PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **REINAR GRANOSKI**, portador de cédula de identidade n.º 4.652.899-9 SSP/PR e CPF/MF n.º 777.826.319-04.

ATA Nº 55-20

DETENTORA DA ATA: LUIZ ROBERTO ALVES 80893957953, com sede na Rua Duque de Caxias, n.º 56, Bairro Centro, CEP 85.390-000 e inscrita no CNPJ sob nº. 14.253.772/0001-40, representada pelo Sr. **LUIZ ROBERTO ALVES**, portador da Carteira de Identidade RG nº. 37204170 SSP/PR e CPF/MF sob nº. n.º 809.893.579-53.

Preços registrados:

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote 001 - Lote 001						
	14172 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOM para os eventos de utilidade pública (reuniões, etc). Nesta locação devem estar incluídos mesa de som, 2 microfones com fio e 1 microfone sem fio, dois amplificador de potência, 4 caixas de som com no mínimo 1200wets, 1 notebook, projetor multimídia, assim como todos os cabos e fiação elétrica necessários. Obs: serão no mínimo 01 evento ao mês, podendo variar a					

1 eventos.	UN	1500	ROBERTINHO	200,00	30.000,00
14171 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM DE RUÍDA, para divulgação dos Eventos da Administração Municipal a toda a comunidade, devendo realizar os serviços sempre que convocado.					
2 devendo cumprir no máximo 01	HR	750,00	ROBERTINHO	28,00	21.000,00



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

hora por dia, podendo ser anunciado o Evento por mais de um dia. Obe deverá ser utilizado veículo do tipo leve utilitário para a realização dos serviços, devendo o som ser de no mínimo 2000wts, passando por todas as ruas e bairros da cidade realizando os anúncios, englobando toda a jurisdição do Município de Virmond. As despesas de combustível por conta do contratado.					
VALOR TOTAL: R\$1.000,00					

Data da ata: 26 de junho de 2020.

Vigência da ata: 12 meses.

Foro: Comarca de Cantagalo/Pr.



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ nº 95.587.642/0001-74

Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 27/2020-PMV

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Virmond, Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico, anexos, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação n.º 27/2020-PMV, cujo objeto é a " **Aquisição de geladeira comercial digital em inox para a escola municipal Henrique Krygier**" e ADJUDICA o objeto a empresa: **2BB COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS RIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.050.384/0001-36, no valor total de R\$ 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais).

Virmond, 06 de julho de 2020.

Neimar Granoski

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ nº 95.587.642/0001-74

Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 28/2020-PMV

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Virmond, Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico, anexos, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação n.º 28/2020-PMV, cujo objeto é a " **Aquisição de proteção contra o COVID-19 para os funcionários da secretaria municipal de saúde**" e ADJUDICA o objeto a empresa: **HORTUPLUS PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.676.642/0001-08, no valor total de R\$ 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais).

Virmond, 06 de julho de 2020.

Neimar Granoski

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ nº 95.587.642/0001-74

Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 29/2020-PMV

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Virmond, Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico, anexos, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação n.º 29/2020-PMV, cujo objeto é a " **Contratação de empresa para realização de exames de brucela, teste de tuberculose**" e ADJUDICA o objeto a empresa: **FRANCIELI DE BORTOLI – AGROPECUÁRIA** – inscrita no CNPJ sob o nº 31.434.679/0001-50, no valor total de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Virmond, 06 de julho de 2020.

Neimar Granoski

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ nº 95.587.642/0001-74

Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 30/2020-PMV

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Virmond, Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico, anexos, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação n.º 30/2020-PMV, cujo objeto é a " **Aquisição de padrões de energia para os poços artesanais em construção nas comunidades rurais do município de Virmond**" e ADJUDICA o objeto a empresa: **ELETROLAR LARANJEIRAS DO SUL LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.349.494/0001-09, no valor total de R\$ 3.245,69 (três mil duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

Virmond, 06 de julho de 2020.

Neimar Granoski

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, CEP 85350-000, Fone: (42) 3637-1148

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 147, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Nomeia Comissão para Avaliação de Amostras de Aquisição de produtos hospitalares (enfermagem).

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ITEM 09 DO EDITAL N.º 28/2020-PMNL.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação de Amostras de aquisição de produtos hospitalares (enfermagem), conforme o Processo de Licitação Modalidade Pregão Presencial (SRP) 28/2020 PMNL, objeto segue:

MEMBROS DA COMISSÃO	
NOME	FUNÇÃO
MIRCEIA CRISTINE MAIRER	Presidente
VALERIA CRISTO VERONESE	Membro
ADELIR CARMEM PRUDENTE	Membro
MONIQUE DE CAMPOS PEYERL	Membro
ANDRESSA VERONEZE	Membro

Art. 2º As amostras serão analisadas, em até 5 (cinco) dias úteis, verificando-se o atendimento às especificações técnicas do Edital, por esta comissão especialmente designada para tal finalidade, que elaborará relatório de análise que serão utilizados pela comissão de licitação como instrumento para classificação dos produtos ofertados.

Parágrafo único. As amostras que se referem aos itens: 13; 16; 17; 18; 34; 36; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 54; 55; 56; 57; 58; 67; 89; 130 e 131 serão analisadas pela Comissão a partir de critérios OBJETIVOS, pautando-se nos seguintes critérios fundamentais:

I – Da descrição: os produtos deverão atender as especificações mínimas, conforme (anexo II) do presente Edital;



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, CEP 85350-000, Fone: (42) 3637-1148

GABINETE DO PREFEITO

II – Da qualidade: os produtos poderão ser testados pela comissão a fim de comprovar a qualidade dos mesmos.

Art. 3º A referida comissão não terá remuneração pelas avaliações, sendo os serviços considerados como de relevância ao Município de conformidade com a Lei 9.608/98.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 06 de julho de 2020.

Adilson José da Fonseca Santare

Secretário Municipal de Administração



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ nº 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro – CEP 85.350-000

Fone: (42) 36371148

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2020 - PMNL

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2020 - PMNL

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, Estado do Paraná, situado na Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras - PR, inscrito no CNPJ/MF 95.587.648/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **JOSÉ LINEU GOMES**, brasileiro, agropecuarista, portador da cédula de identidade RG nº 1.328.459-8 SSP/PR e CPF/MF nº 240.909.729-49, residente e domiciliado na residente e domiciliado na Rua Das Violetas, nº 867, Loteamento Bueno, daqui para frente doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a **ERNANI JOSÉ BUENO EIREU - EPP**, CNPJ 00.142.402/0001-20, localizada na Rua Rio Grande do Sul, Nº 1444, Centro, CEP: 85.350-000, Nova Laranjeiras - Pr a seguir denominada CONTRATADA, representada por **ERNANI JOSÉ BUENO**, portador da cédula de identidade R.G. nº 4.542.643-2 SSP/PR CPF nº 718.335.109-25, firmam o presente Contrato de Empretada com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações aditam o contrato 16/2020, celebrado em 26 de março de 2020, conforme segue:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a **reconstrução de Ponte em Alvenaria compreendendo: 01 - Ponte sobre o Córrego Local - Afluente do Rio Guarani, no Distrito do Rio Guarani, com vão de 8,00m x 5,00m x 3,70m (CxLxAl), com vigas pré-moldadas tipo placa padrão DER-PR, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da TOMADA DE PREÇOS 06/2020-PMNL.**

CLAUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO

O presente termo tem por objetivo fazer a retificação de erro material constante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 16/2020 – PMNL, conforme Parecer Técnico da Engenharia.

CLAUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO:

Onse se lê: **reconstrução de Ponte em Alvenaria compreendendo: 01 - Ponte sobre o Córrego Local - Afluente do Rio Guarani, no Distrito do Rio Guarani, com vão de 8,00m x 5,00m x 3,70m (CxLxAl), com vigas pré-moldadas tipo placa padrão DER-PR**

Leia-se: **reconstrução de Ponte em Alvenaria compreendendo: 01 - Ponte sobre o Córrego Local - Rio Guarani, no Distrito do Rio Guarani, com vão de 8,00m x 6,00m x 3,70m (CxLxAl), com vigas pré-moldadas tipo placa padrão DER-PR**

CLÁUSULA QUARTA - O aditivo tem como base e fundamento o art. 58, inciso I, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim acordarem, assinam o presente termo aditivo.

Novas Laranjeiras, 02 de julho de 2020.

JOSE LINEU GOMES

Contratado

ERNANI JOSÉ BUENO

Contratado

TESTEMUNHAS:



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ nº 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro – CEP 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020-PMNL

O Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a realização da licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 14/2020-PMNL, tipo menor preço, às 09:00 horas, do dia 23 de Julho de 2020**, na Prefeitura Municipal, situada à Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - Fone (42) 3637-1148, cujo objeto é a contratação de empresa para instalação de um super-poste e substituição de luminárias para iluminação pública em LED nos super-postes já existentes na sede do município e na comunidade do Guarai.

A pasta técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado a partir do dia 08 de julho de 2020, no horário de expediente, ou solicitados através do e-mail: licitacao@novalaranjeiras.pr.gov.br e www.novalaranjeiras.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço supracitado ou por Telefone (42) 3637-1148.

Novas Laranjeiras - Pr, 05 de Julho de 2020.

VALDECIR ALVES DE MEDEIROS

Presidente da Comissão de Licitação



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 152/2020

DATA: 02/07/2020

SÚMULA: Renova o contrato de trabalho dos professores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2019.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Art. 1º. Fica renovado por 12 (doze) meses, a contar de 02 de Agosto de 2020, o contrato de trabalho dos professores abaixo relacionados, contratados por meio do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2019:

ANA CLAUDIA KINCLEIR	MARIA CANDIDA PROENÇA MENDES
ANDRÉIA APARECIDA DE RAMOS	MARIA CIRENE A. DOS S. ANTONOWICZ
ANDRÉIA LUCIANE DOS SANTOS	MARIA LUCIA DE ABREU CAMARGO
ANDRÉIA TEREZINHA ANTUNES	MARIELA NOGUEIRA DOS SANTOS
ANGELA MARIA DE OLIVEIRA	MARIA ODETE KINCLEIR LIBER
ANTONIA CRISTINA BUENO CAMARGO	MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA SANTOS
ANTONIO SERGIO LINS	MARICÉLIA DE F. FREIS ABREU RUFFON
BRUNA DE OLIVEIRA ZAMBORSKI	MARLI TEREZINHA LOPES
CARLITO DA SILVA	MARLI TEREZINHA PADILHA
CARMEM CAMARGO DE MACEDO	MARTELA LUKREIHO GOMES
CELSO BALDUINO RIBAS	NELDI NELCI SCHWANKE
CLAUDETE MARTINS ZAPPELLOW	NEIZA MAZUR DE OLIVEIRA BASTOS
DANIELI BISCHOF KINCLEIR	NEVERTA BAGGIO CHERPINSKI
DARLEITE FERREIRA DA ROSA	NILSA APARECIDA FERREIRA OLIVEIRA
DEVÂNIA MARIA SILVEIRA CALDAS	NIYARA FERREIRA ANTUNES BUENO
ELIANE GONÇALVES DE LIMA	NOELI TUSSELLINI BIELAK
ELISANGELA TEREIRA	OLGA APARECIDA KRACZKOWSKI
ELIZA MICHEL HOFFMANN GRANDIO	ROSICLEIA ZALUSKI
ERINICE T. DA SILVA CAMARGO	ROSLANGE ANETE FERREIRA MACHADO
EUGENIA SIMEK	ROSINI DE OLIVEIRA LARA
FLA TEREZINHA DE CAMARGO	SANDRA MARIA DE SIQUEIRA
EVILSE DE FATIMA VIREBANCK	SHEILA CRISTINA COSTA DOS SANTOS
FRANCIELE APARECIDA NENSEN	SILMA APARECIDA MACHADO NENSEN
FRANCIELI ABILIO DOS SANTOS	SILVANE LIBER ANTUNES
JAIRA DE FÁTIMA SYROKA	SIRELI MARIA CORDEIRO
JOCILENE APARECIDA MARTINS	SIRENE MARIA MACIEL RODRIGUES
JOSCELIA MARIA HAMMEL	TANIELI SILVA
JOSMARIA KITCKI DOS SANTOS	TEREZINHA AP. DRUCHAK SZUMILO
KATIANE ALMEIDA DE OLIVEIRA	THAIS CORREA VOLPURA
KELER CRISTINA DA SILVA	THAYS OLIVEIRA DO AMARAL
LEONILDA FATIMA DE RAMOS	VANDREIA BAGGIO DA CRUZ
LETICIA M. RIBEIRO DOS SANTOS	YANAI APARECIDA DE LIMA PIRES
LUCIANA ZAMPERLI	VERA LUCIA GONÇALVES
MARCELE FRANCA ANTUNES	MARCELA APARECIDA FERREIRA
MARCOS DA SILVA SQUEIRA	VIVIANE FERNANDA ROSE COELHO

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 02 de Julho de 2020.



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA N.º 225/2020

MOTIVO: Instaurar Processo Administrativo Disciplinar nos termos do art. 180, da Lei Municipal nº 1450/2009, a fim de apurar a responsabilidade de conduta inadequada praticada durante o exercício de sua função, pela servidora pública municipal **M. M. de O.**, ocupante do cargo em provimento efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pois conforme consta na documentação anexa ao processo.

MEMBROS:

Adriane Liber Boeira	Presidente
Simone Siqueira Caldas	Membro
Márcia Ferreira Nogueira	Membro

Pinhão, 06 de Julho de 2020.

Adilson José da Fonseca Santare

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 084/2020

SÚMULA: Estabelece medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O SENHOR LUIZ CEZAR BAPTISTEL, PREFEITO MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ARTIGO 70 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL; E

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, que promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional;

Considerando a Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

Considerando a Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que regulamentou o operacionalizou o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19 publicado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, em fevereiro de 2020;

Considerando a declaração da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, de que o surto do novo coronavírus (COVID19) constitui Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPI);

Considerando a classificação pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do COVID19;

Rua 7 de Setembro, s/n - Centro - Fone: (42) 3648-1102 (42) 3648-1106
CNPJ 01.612.952/0001-13 – CEP: 85168-000 - Marquinho-PR
www.marquinho.pr.gov.br
pmmarquinho@yahoo.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

Considerando a gravidade do presente momento, em que se faz imperiosa a adoção das medidas necessárias à prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

Considerando que o Poder Público tem o poder-dever de fazer uso de seu poder de polícia para fins de coibir, no interesse da coletividade, da saúde pública e da salubridade pública, a atividades, condutas e ações que possam contribuir na disseminação do novo coronavírus;

Considerando os Decretos Municipais n. 28, de 17 de março de 2020, n. 29, de 23 de março de 2020, e 33, de 1º de abril de 2020, 43, de 09 de abril de 2020, n. 51, de 04 de maio de 2020, n. 63, de 03 de junho de 2020, que declaram SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA e dão outras providências no Município de Marquinho;

Considerando o Decreto Estadual n. 4.886, de 19 de junho de 2020;

Considerando a Portaria Conjunta n. 20 de 18 de junho de 2020, do Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, que estabelece as medidas a serem observadas nos ambientes de trabalho.

Rua 7 de Setembro, s/n - Centro - Fone: (42) 3648-1102 (42) 3648-1106
CNPJ 01.612.952/0001-13 – CEP: 85168-000 - Marquinho-PR
www.marquinho.pr.gov.br
pmmarquinho@yahoo.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

Art. 3º. Ficam mantidas as atividades essenciais, assim consideradas:

I - captação, tratamento e distribuição de água;

II - assistência médica e hospitalar;

III - assistência veterinária;

IV - produção, distribuição e comercialização de medicamentos para uso humano e veterinário e produtos odontológico-hospitalares hospitalares (como equipamentos de proteção individual e outros), inclusive na modalidade de entrega delivery e similares;

V - produção, distribuição e comercialização de alimentos para uso humano e veterinário, inclusive na modalidade de entrega delivery e similares, ainda que localizados em rodovias;

VI - agropecuários para manter o abastecimento de insumos e alimentos necessários à manutenção da vida animal;

VII - funerários;

VIII - transporte coletivo, inclusive serviços de táxi e transporte remunerado privado individual de passageiros;

IX - fretamento para transporte de funcionários de empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada ao funcionamento;

X - transporte de profissionais da saúde e de coleta de lixo;

XI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

XII - telecomunicações;

XIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

XIV - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

XV - imprensa;

XVI - segurança privada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

XVII - transporte e entrega de cargas em geral;

XVIII - serviço postal e o correio aéreo nacional;

XIX - serviços de lavanderia hospitalar e industrial;

XX - serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central, incluindo lotéricas;

XXI - atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e a assistência social;

XXII - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em no Estatuto da Pessoa com Deficiência;

XXIII - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico, indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;

XXIV - setores industrial e da construção civil, em geral.

XXV - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; além de produção, distribuição, transporte e comercialização de gás natural;

XXVI - iluminação pública;

XXVII - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVIII - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XXIX- prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;

XXX- inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XXXI- vigilância agropecuária;

XXXII- produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica necessária do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

XXXIII- serviços de manutenção, assistência e comercialização de peças de veículo automotor terrestre, incluindo bicicletas;

XXXIV- serviços de crédito e renegociação de crédito dos agentes financeiros integrantes do Sistema Paranaense de Fomento; fiscalização do trabalho;

XXXV- atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia do coronavírus;

XXXVI - atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos;

XXXVII - atividades religiosas de qualquer natureza, preferencialmente por meio de aconselhamento individual, a fim de evitar aglomerações;

XXXVIII - produção distribuição e comercialização de produtos de higiene pessoal e de ambientes;

XXXIX - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto.

Parágrafo único: São consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relativa ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

Art. 4º. Fica autorizada a abertura dos serviços e atividades não essenciais, devendo ser observado o disposto no art. 5º deste Decreto, bem como:

I – a proibição de aglomeração de pessoas para jogos em geral, consumo de bebidas e quaisquer atividades onde haja contato ou proximidade física menor que 2 (dois) metros entre as pessoas;

II – a proibição de comercialização de bebidas alcoólicas entre as 22 horas e 06 horas;

III – a proibição do consumo de bebidas alcoólicas nestes estabelecimentos, bem como em quaisquer locais públicos, entre as 22 horas e 06 horas.

Parágrafo único: As atividades religiosas de qualquer natureza, além do disposto neste decreto, devem observar as orientações constantes das Resoluções da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – SESA.

Art. 5º - Os estabelecimentos e atividades previstas no art. 3º e 4º deverão adotar as seguintes medidas, cumulativamente:

I – realizar o controle de entrada e tempo de permanência das pessoas, devendo o espaço destinado ao público ter ocupação máxima de 30% da capacidade do local

II - providenciar a demarcação do espaço para que as pessoas mantenham o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre si, em especial nas filas, bem como entre mesas de bares e restaurantes e assentos em locais religiosos;

III – não permitir a entrada e permanência de pessoas sem a utilização de máscara;

IV – não permitir a entrada e permanência de crianças menores de 12 (doze) anos, idosos acima de 70 (setenta) anos e portadores de doenças crônicas nos estabelecimentos descritos no artigos 3º e 4º.

V – observar a proibição de comercialização e de consumo de bebidas alcoólicas entre as 22 horas e 06 horas.

VI - Disponibilizar lugares estratégicos e de fácil acesso álcool 70% para utilização de funcionários e clientes, sendo obrigatória a higienização das mãos na entrada de cada estabelecimento;

VII – Higienizar, quando do início das atividades e após cada uso, durante o período de funcionamento, as superfícies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool 70%;

IV – Manter locais de circulação e áreas comuns com pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

V – manter disponível *kit* completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool 70% e toalhas de papel não reciclado;

VI – fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro ou fora do estabelecimento;

VII – determinar, em caso haja fila de espera, que seja mantida distância mínima de 2 (dois) metros entre as pessoas, sendo obrigatória as demarcações no chão, a fim de evitar aglomeração de pessoas dentro ou fora do estabelecimento;

VIII – disponibilizar máscaras, álcool 70% e adotar as medidas de prevenção referente ao COVID-19 para todos os seus colaboradores, sendo ambos de uso obrigatório.

§1º - É de inteira responsabilidade dos estabelecimentos mencionados nos artigos 3º e 4º a implementação das medidas dispostas neste artigo.

§2º - Os estabelecimentos da cidade que possuem lotéricas em seu interior deverão realizar controle de entrada e permanência conforme orientação a ser expedida pelas autoridades saúde de acordo com o tamanho de cada estabelecimento, sempre respeitada a distância mínima de 2 (dois) metros entre as pessoas, mediante demarcação do espaço, conforme disposto neste artigo.

§3º - Fica recomendado o funcionamento de restaurantes, bares e lanchonetes apenas para entrega *delivery* e similares, devendo o atendimento observar o disposto neste decreto, bem as recomendações contidas no Decreto Estadual n. 4.886/2020 e todas as normas e recomendações da SESA e do Ministério da Saúde.

§ 4º - O serviço de transporte coletivo deverá garantir o atendimento aos trabalhadores da saúde e serviços essenciais, observando que os passageiros mantenham a distância entre si (uma pessoa por banco) e o uso obrigatório de máscara (cirúrgica ou artesanal).

Art. 6º. Na realização de velórios e funerais deverá ser observado as das autoridades de saúde pública, incluindo notas orientativas da SESA, evitando aglomerações, mantendo álcool em gel em locais de fácil utilização e em especial que:

I – os velórios ocorreram, preferencialmente, em capelas mortuárias;

Rua 7 de Setembro, s/n - Centro - Fone: (42) 3648-1102 (42) 3648-1106
CNPJ 01.612.552/0001-13 - CEP: 85168-000 - Marinho-PR
www.marinho.pr.gov.br
pmmarinho@yahoo.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

II – sejam restritos aos familiares próximos, com limite de 10 (dez) pessoas dentro da sala do funeral, podendo haver revezamento dos participantes;

III – seja observado o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre as pessoas, dentro e fora da sala do funeral, e o uso obrigatório de máscaras por todos os participantes;

IV – não é permitida a oferta de nenhum tipo de alimentação no local;

V – fica proibido consumo de bebidas alcoólicas, chamarão ou similares, sendo as com relação as demais bebidas, como água, chá e café, não poderá haver compartilhamento de copos;

VI - o ambiente deve permanecer sempre arejado e ventilado, com portas e janelas abertas;

VII - devem ser evitados apertos de mão, abraços e qualquer contato físico, mantendo sempre o distanciamento de no mínimo 2 (dois) metros entre as pessoas;

XIX – a higienização das mãos com álcool 70% na entrada de cada estabelecimento é obrigatória.

Parágrafo único: Recomenda-se a suspensão de culto e celebração de qualquer natureza que possa gerar aglomeração e proximidade física entre as pessoas.

Art. 7º. Fica recomendado a toda população que, se possível, permaneça em suas casas, e que, caso seja necessário o deslocamento para qualquer local, em decorrência de eventual urgência ou necessidade, que sejam tomadas as precauções, de forma a evitar aglomerações, adotando a compra solidária por uma só pessoa, em favor de vizinhos, parentes, amigos, evitando-se a exposição, principalmente, de idosos, crianças e outras pessoas consideradas grupo de risco.

Art. 8º. Obrigatoriamente devem permanecer em distanciamento social (em casa):

I - pessoas com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos;

II - crianças 0 (zero) a 12 (doze) anos;

III - imunossuprimidos, independente da idade;

IV - portadores de doenças crônicas;

Rua 7 de Setembro, s/n - Centro - Fone: (42) 3648-1102 (42) 3648-1106
CNPJ 01.612.552/0001-13 - CEP: 85168-000 - Marinho-PR
www.marinho.pr.gov.br
pmmarinho@yahoo.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

V - gestante e lactantes;

VI - aquelas pessoas que foram postas em isolamento pelo Departamento de Vigilância epidemiológica do Município, até a liberação pela Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único: Ficam orientadas em seguir distanciamento social aquelas pessoas que detém a partir de 60 (sessenta) a 69 (sessenta e nove) anos;

Art. 9º. O estabelecimento que não observar as regras previstas no presente Decreto será notificado a regularizar a situação e, caso não a faça, poderá ser multado e até ter seu alvará de funcionamento cassado e o estabelecimento interditado.

Art. 10. No âmbito do Poder Executivo Municipal ficam suspensos, pelo período de 30 (vinte) dias a partir da publicação deste decreto, podendo ocorrer prorrogação, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária, proteção e defesa civil, Departamento de Licitações e Contratos e Conselho Tutelar.

§1º - Ato da Secretaria Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores a ela vinculados, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

§2º - Durante o período de suspensão dos trabalhos das secretarias e departamentos municipais, os respectivos servidores devem permanecer em suas residências sob o regime de quarentena, permanecendo apenas o Secretário ou Diretor da secretaria pasta à disposição para esclarecimentos necessários à população cujo contato será divulgado no portal eletrônico do Município e na sede do respectivo órgão.

§3º - Quando solicitado pelos Secretários de suas respectivas pastas, os servidores deverão apresentar-se na respectiva secretaria para cumprimento das atividades pertinentes em até 30 minutos após a solicitação.

§4º - Os servidores em quarentena deverão realizar suas atividades através de trabalho remoto.

Art. 11. Fica determinado o uso de máscara por todas as pessoas que se estiverem espaços abertos ao público ou de uso coletivo, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus SARS-CoV-2.

Rua 7 de Setembro, s/n - Centro - Fone: (42) 3648-1102 (42) 3648-1106
CNPJ 01.612.552/0001-13 - CEP: 85168-000 - Marinho-PR
www.marinho.pr.gov.br
pmmarinho@yahoo.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

§ 1º - Deverão ser usadas pela população em geral, preferencialmente, máscaras de tecido confeccionadas de forma artesanal/caseira, utilizando-se na produção as orientações contidas na Nota Informativa n. 03/2020 do Ministério da Saúde, a fim de que as demais sejam utilizadas prioritariamente pelos profissionais da área da saúde.

§ 2º - São considerados espaços abertos ao público ou de uso coletivo:

I - vias públicas;

II - parques e praças;

III - pontos de ônibus, terminais de transporte coletivo, rodovárias, portos e aeroportos;

IV - veículos de transporte coletivo, de táxi e transporte por aplicativos;

V - repartições públicas;

VI - estabelecimentos comerciais, industriais, bancários, empresas prestadoras de serviços e quaisquer estabelecimentos congêneres;

VII - outros locais em possa haver aglomeração de pessoas.

Art. 12. Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas, sujeitando os infratores na prática de eventuais crimes previstos na legislação penal, além do cumprimento coercitivo das normas nele contidas.

Art. 13. A fiscalização quanto ao cumprimento das medidas determinadas neste Decreto ficará a cargo dos órgãos de segurança pública, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e, em especial, da Comissão de Fiscalização das Medidas de Enfrentamento da Pandemia COVID-19, a seguir:

I – Adrieli Uniate;

II – Andreia Vargas Oliveira;

III – Mariane Katrucha;

IV – Talita Busarello;

Rua 7 de Setembro, s/n - Centro - Fone: (42) 3648-1102 (42) 3648-1106
CNPJ 01.612.552/0001-13 - CEP: 85168-000 - Marinho-PR
www.marinho.pr.gov.br
pmmarinho@yahoo.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único: Os membros da comissão poderão atuar de forma conjunta ou separadamente visando ao cumprimento do presente decreto.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Saúde, dentro da esfera de suas atribuições, deverá expedir Portarias, Resoluções e recomendações para implementação dos procedimentos, informações e orientações gerais referente ao COVID19.

Art. 15. Novas medidas poderão ser adotadas em qualquer momento em decorrência da situação epidemiológica do município.

Art. 16. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o contido no Decreto n. 63/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marinho, Estado do Paraná, em 03 de julho de 2020.

LUIZ CEZAR BAPTISTEL
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

ERRATA – ATA 03/2020 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na ATA nº 03/2020 de 19/03/2020 do Conselho Municipal de Assistência Social

Onde consta:
Em Pauta dar andamento da programação SIGTV Nº41154672020001 referente à Emenda Parlamentar:2020S20006 no valor de R\$ 100.000,00 para investimentos, onde serão adquiridos um veículo básico, 10 sem assento, quatro camas elásticas, duas mesas de jogos, três computadores completos, quatro no-breaks, três impressoras, uma caixa acústica, um ar condicionado, três clarinetes, dois saxofones, um trompete, um trombone, uma tuba e uma bateria, um HD externo, duas câmeras de segurança, duas fritadeiras, um aparelho de som, um armário, um arquivo, uma cortina persiana e um aparelho telefônico.

Elaine Fatima Burato
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Marinho – Pr.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 020/2020

O SENHOR LUIZ CEZAR BAPTISTEL, PREFEITO MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ARTIGO 70, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E ARTIGO 78 DA LEI MUNICIPAL 114/2002,

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ABAIXO RELACIONADOS, PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020:

MATRICULA	SERVIDOR	CARGO
7741	ALTAIR BITTENCOURT	MOTORISTA
5241	ANA MARIA NICOLAU	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5101	ELIO BOLZON JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
5601	JOSE EDENILSON LIMA DA SILVA	MOTORISTA
7441	MARCIO BELZAR DOS SANTOS	MOTORISTA
8841	MARIA JUCELI ACCORDI	PROFESSORA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de julho de 2020 revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marinho, Estado do Paraná, em 03 de julho de 2020.

Luiz César Baptistel
Prefeito Municipal de Marinho



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

LEI N.º 805
DATA: 06/07/2020

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, relativo ao Exercício Financeiro de 2021.

Art. 2º- A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes, quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no tocante a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º- Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º- As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 3º- O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º- A reserva de contingência não será inferior a 1,0% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º- A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro interior não lhe for aplicável nos termos da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução.

§2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 10 de maio de 2020, ultrapassar dez por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021, atendidas as despesas que constituem obrigação legal e constitucional do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, são as constantes do Anexo I desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto da lei orçamentária de 2021 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo Único: - O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar a proposta orçamentária, a inclusão de outras despesas discricionárias em detrimento das prioridades e metas constantes do Anexo a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 12 - Na proposta da Lei Orçamentária a discriminação da receita e despesa será apresentada, respeitada a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I - quanto a natureza da despesa, por Órgão e Unidade Orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso sendo que o controle a nível de elemento e subelemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

II - quanto a classificação Funcional Programática, por função, subfunção e programa, detalhada em projetos, atividades e operações especiais;

Parágrafo 1º - A critério do Executivo Municipal poderá o orçamento ser elaborado em nível de detalhamento menor, quanto a natureza de despesa, que o de modalidade de aplicação.

Parágrafo 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso.

Parágrafo 3º - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos na elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 16 - A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação,

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "contribuições" e "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - voltadas para ações de saúde de atendimento direto e gratuito ao público;

II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III - consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV - Associações Comunitárias devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no tocante a auxílios destinados a execução de obras, a aquisição de equipamentos de interesse comunitário e ao exercício de atividades de apoio ao desenvolvimento econômico ou de interesse social;

V - Associação de Estudantes do Ensino Superior visando auxilia-los na realização de transporte dos alunos que frequentam cursos superiores em faculdades e/ou universidades da região.

Parágrafo Único - Fica o Executivo autorizado a repassar subvenções, contribuições e auxílios a entidades sem fins lucrativos, mediante autorização de lei específica e formalização de termo de convênio ou instrumento similar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 19 - A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º - Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda "per capita", não ultrapasse a média a ½ (meio) salário mínimo por indivíduo que compõe a família.

§ 2º - Independência de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 20 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2021 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 31 de Agosto de 2020.

§ Único - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

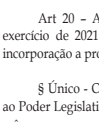
Art. 21 - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2021 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2020.

Parágrafo 1º - A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.

Parágrafo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, no ato da elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações da legislação federal padronizadora, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2021 à Câmara Municipal.

Art. 22 - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2021 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2020 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 19 - A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º - Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda "per capita", não ultrapasse a média a ½ (meio) salário mínimo por indivíduo que compõe a família.

§ 2º - Independência de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 20 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2021 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 31 de Agosto de 2020.

§ Único - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

Art. 21 - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2021 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2020.

Parágrafo 1º - A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.

Parágrafo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, no ato da elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações da legislação federal padronizadora, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2021 à Câmara Municipal.

Art. 22 - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2021 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2020 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU <i>CNPJ-MF 01.612.634/0001-68</i>		
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484		
85.465-000	-	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 23 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 24 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, inciso I, artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os repasses dos valores financeiros, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 25 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - a obrigações constitucionais e legais do Município;

II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU <i>CNPJ-MF 01.612.634/0001-68</i>		
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484		
85.465-000	-	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 26- Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 27 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2021, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 28 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 29 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU <i>CNPJ-MF 01.612.634/0001-68</i>		
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484		
85.465-000	-	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

I - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no "caput" podendo a compensação, alternativamente, em todos os casos, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

II - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para fins do "caput" deste artigo, os benefícios concedidos que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes e produzam redução da arrecadação potencial, aumentando consequentemente a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 30- Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 31 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até dez por cento para cobrir custos regionais não previstos no CUB.

Art. 32 - Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU <i>CNPJ-MF 01.612.634/0001-68</i>		
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484		
85.465-000	-	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art. 33. - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;

II - no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 34 - Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterá, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art. 35- A Lei Orçamentária para o exercício de 2021 conterá autorização para o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da Constituição Federal:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total geral da receita fixada para o exercício, nos termos da legislação vigente, utilizando como recursos para cobertura, os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III e a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação de recursos livres consoante o estabelecido no inciso II, ambos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64;

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU <i>CNPJ-MF 01.612.634/0001-68</i>		
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484		
85.465-000	-	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

IV - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior;

V - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados desde que o total dos mencionados créditos não supere o limite de 15% (quinze por cento) do total geral da receita estimada para o exercício no orçamento fiscal;

VI - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados para o exercício;

VII - transpor ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal e proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações.

VIII - proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a cobertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Parágrafo 1º - A abertura dos créditos autorizados nos incisos IV, V e VI não são consideradas para fins do limite da autorização constante do inciso III.

Parágrafo 2º - A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no concernente ao orçamento próprio do Poder Legislativo e ao Prefeito Municipal para a abertura de créditos suplementares no orçamento da seguridade social considerando-se o limite de 50% (cinquenta por cento) em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU <i>CNPJ-MF 01.612.634/0001-68</i>		
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (846) 3553-1484		
85.465-000	-	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 36 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, trânsito, incentivo ao emprego e prestação jurisdicional da Comarca, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congêneres.

Art. 37 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 38 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art. 39 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2021, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 40 - O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 41 - Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianul, bem como as suas alterações em suas metas física e financeira, ocorridas até a data do envio, deverão ser incluídas na proposta orçamentária para 2021.

Art. 42 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 06 DE JULHO DE 2020.

HILÁRIO CZECHOWSKI
Prefeito Municipal

 Município de Espigão Alto do Iguaçu LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES 2021		
Página: 1		

Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
1	Operação Especial	Amortização e Encargos da Dívida Interna	Não Mensurável	0,000	550.000,00
Função:	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	Subfunção:	846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Outros Produtos			0,00
2	Operação Especial	Precatórios Judiciais e Sentenças Judiciais	PrecatóriosRPV	1,000	15.000,00
Função:	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	Subfunção:	846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Outros Produtos			0,00
3	Operação Especial	Contribuição para Formação do PASEP	Percentual s/PCL	1,000	250.000,00
Função:	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	Subfunção:	845 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Outros Produtos			0,00
Total do Programa:				815.000,00	
Programa: 101 - GESTÃO LEGISLATIVA					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
4	Atividade	Atividades do Legislativo Municipal	Sessão Legislativa	50,000	1.350.000,00
Função:	1 - LEGISLATIVA	Subfunção:	31 - AÇÃO LEGISLATIVA		
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Outros Produtos			0,00



Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 2

Programa: 401 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
5	Atividade	Manutenção Gabinete do Prefeito	Não Mensurável	0,000	520.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Apoio Administrativo			0,00
6	Atividade	Administração da Secretaria de Administração	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Apoio Administrativo			0,00
7	Atividade	Administração da Secretaria de Finanças	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Apoio Administrativo			0,00
8	Atividade	Administração da Secretaria de Educação	Não Mensurável	0,000	130.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Apoio Administrativo			0,00
9	Atividade	Administração da Secretaria de Saúde	Não Mensurável	0,000	130.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado: Projeto/Atividade	Apoio Administrativo			0,00



Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 3

Programa: 401 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
10	Atividade	Administração da Secretaria de Assistência Social	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
11	Atividade	Administração da Secretaria de Viação	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	26 - TRANSPORTE	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
12	Atividade	Administração da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	20 - AGRICULTURA	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
13	Atividade	Administração da Secretaria de Indústria e Comércio	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	22 - INDÚSTRIA	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
14	Atividade	Administração da Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	27 - ESPORTE E LAZER	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				



Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 4

Programa: 401 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
15	Atividade	Administração da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
16	Atividade	Administração da Secretaria de Cultura	Não Mensurável	0,000	120.000,00
Função:	13 - CULTURA	Subfunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
Total do Programa:				1.860.000,00	
Programa: 402 - APOIO ADMINISTRATIVO					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
17	Atividade	Atividades da Assessoria Jurídica	Defesas, Pareceres, etc.	200,000	220.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção:	92 - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL		
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
18	Atividade	Atividades do Departamento de Administração Geral	Não Mensurável	0,000	1.250.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
19	Atividade	Atividades do Departamento de Recursos Humanos	Número Servidores Controlados	360,000	130.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				

 Município de Espigão Alto do Iguaçu LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES 2021 Página: 5					
Programa: 402 - APOIO ADMINISTRATIVO					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
20	Atividade	Manutenção Departamento de Material e Patrimônio	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
21	Atividade	Manutenção Departamento de Licitação e Compras	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
22	Atividade	Manutenção Departamento de Educação	Não Mensurável	0,000	60.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
23	Atividade	Manutenção Departamento de Vigilância Sanitária	Não Mensurável	0,000	60.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
24	Atividade	Manutenção Departamento de Viação	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	27 - DESPORTO E LAZER	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				

 Município de Espigão Alto do Iguaçu LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES 2021 Página: 6					
Programa: 402 - APOIO ADMINISTRATIVO					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
25	Atividade	Manutenção Departamento de Extensão Rural	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	20 - AGRICULTURA	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
26	Atividade	Manutenção Departamento de Preservação Ambiental	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	18 - GESTÃO AMBIENTAL	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
27	Atividade	Manutenção Departamento de Esportes e Lazer	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	27 - DESPORTO E LAZER	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
28	Atividade	Manutenção Departamento da Juventude	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	27 - DESPORTO E LAZER	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
29	Atividade	Manutenção Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				

 Município de Espigão Alto do Iguaçu LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES 2021 Página: 7					
Programa: 402 - APOIO ADMINISTRATIVO					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
30	Atividade	Apoio a Entidades Municipalistas	Entidade Apoiada	2,000	25.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
31	Atividade	Publicação e Divulgação Oficial	Ato, Relatório ou Evento Pub.	600,000	70.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
32	Atividade	Manutenção Convênio Tribunal de Justiça	Servidores Cedidos	2,000	55.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	2.270.000,00
Programa: 403 - GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
33	Atividade	Atividades Departamento de Contabilidade	Lançamentos Contábeis	320.000,000	280.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
34	Atividade	Atividades Departamento de Receita	Lançamento Efetuados	6.500,000	180.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				

 Município de Espigão Alto do Iguaçu LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES 2021 Página: 8					
Programa: 403 - GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
35	Atividade	Atividades Coordenadoria Sistema Controle Interno	Audtagens Realizadas	25,000	110.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 124 - CONTROLE INTERNO			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Apoio Administrativo			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	570.000,00
Programa: 801 - VIVER COM DIGNIDADE					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
36	Atividade	Apoio ao Idoso	Idoso Apoiado	120,000	20.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Idosos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				
37	Atividade	Apoio a População Carente	Pessoas Atendidas	400,000	281.878,23
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Pessoas Atendidas			0,00
	Projeto/Atividade				
38	Atividade	Desenvolvimento de Ações Atenção Integral a Família	Famílias Atendidas	600,000	140.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
39	Atividade	Desenvolvimento Atividades de Assistência Social	Não Mensurável	0,000	410.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				

 Município de Espigão Alto do Iguaçu LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES 2021 Página: 9					
Programa: 801 - VIVER COM DIGNIDADE					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
40	Atividade	Apoio a Entidades de Assistência a Deficientes	Entidade Apoiada	1,000	20.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
41	Atividade	Manutenção de Conselhos Municipais	Conselhos Mantidos	5,000	5.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
42	Atividade	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Pessoas Atendidas	100,000	100.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Pessoas Atendidas			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	976.878,23
Programa: 802 - APOIO AO MENOR E ADOLESCENTE					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
43	Atividades - ECA/FMDOCA	Ações de Assistência a Criança e Adolescente	Criança/Adolescente Assistido	100,000	15.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
44	Atividades - ECA/FMDOCA	Apoio a Maternidade e a Infância	Criança/Adolescente Assistido	30,000	10.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				

 Município de Espigão Alto do Iguaçu LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES 2021 Página: 10					
Programa: 802 - APOIO AO MENOR E ADOLESCENTE					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
45	Atividade	Manutenção do Conselho Tutelar	Menor Assistido	150,000	180.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Adolescentes Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				
46	Atividade	Execução Ações do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Criança/Adolescente Assistido	5,000	15.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	220.000,00
Programa: 901 - PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
47	Atividade	Encargos Previdenciários Administração	Servidor/Agente Político Contr	360,000	900.000,00
Função:	9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	900.000,00
Programa: 1001 - NOSSA META É SAÚDE					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
48	Atividade	Atividades de Assistência Médica e Sanitária	Atendimentos Básicos Ano	16.000,000	2.584.292,70
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Pacientes Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				



Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 11

Programa: 1001 - NOSSA META É SAÚDE

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
49	Projeto	Equipamentos e Veículos Saúde Pública	Veículo/Equipamento Adquirido	1,000	50.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Veículos			0,00
	Projeto/Atividade				
50	Atividade	Farmácia Básica	Pessoas Atendidas	500,000	180.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 303 - SUPORTE FARMACOLÓGICO E TERAPEÚTICO			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Pessoas Atendidas			0,00
	Projeto/Atividade				
51	Atividade	Ações de Vigilância Sanitária	Ações executadas	100,000	160.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
52	Atividade	Assistência Especializada - Consórcio Intermunicipal de Saúde	Pessoas Atendidas	1.000,000	180.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Pessoas Atendidas			0,00
	Projeto/Atividade				
53	Atividade	Manutenção de Campanhas de Combate e Prevenção	Porcentagem	95,000	150.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				

Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 13

Programa: 1201 - EDUCAÇÃO PARA TODOS

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
58	Atividade	Manutenção e Desenvolvimento Ensino Fundamental - FUNDEB	Aluno Matriculado	400.000	2.145.094,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Alunos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				
59	Atividade	Manutenção e Desenvolvimento Ensino Fundamental - Outros Recursos	Aluno Matriculado	400.000	660.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Alunos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				
60	Atividade	Manutenção Transporte Escolar	Aluno Transportado	270.000	1.650.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Alunos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				
61	Atividade	Manutenção da Merenda Escolar	Refeições Dia/Oferencidas	520.000	250.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
62	Atividade	Apoio ao Ensino Superior	Estudante Apoiado	30.000	70.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 364 - ENSINO SUPERIOR			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Alunos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				

Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 14

Programa: 1201 - EDUCAÇÃO PARA TODOS

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
63	Atividade	Manutenção da Educação Especial	Aluno Matriculado	15.000	50.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Alunos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				
64	Atividade	Manutenção Ensino Supletivo	Aluno Matriculado	10.000	40.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Alunos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	4.865.094,00

Programa: 1202 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
65	Atividade	Manutenção Centros de Educação Infantil - FUNDEB	Aluno Matriculado	120.000	550.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Alunos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				
66	Atividade	Manutenção Centros de Educação Infantil - Outros Recursos	Aluno Matriculado	120.000	550.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Alunos Atendidos			0,00
	Projeto/Atividade				



Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 15

Programa: 1301 - CULTURA DO NOSSO POVO

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
67	Atividade	Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	13 - CULTURA	Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
68	Atividade	Manutenção Casa da Cultura	Não Mensurável	0,000	140.000,00
Função:	13 - CULTURA	Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	190.000,00

Programa: 1401 - CIDADANIA GLOBAL DO NOSSO POVO

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
69	Atividade	Apoio a Documentação do Cidadão	Cidadão Auxiliado	260.000	50.000,00
Função:	14 - DIREITOS DA CIDADANIA	Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Pessoas Atendidas			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	50.000,00

Programa: 1501 - NOSSA CIDADE MELHOR

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
70	Atividade	Manutenção e Conservação de Vias Urbanas	KM de Via Urbana Conservada	10.000	400.000,00
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				

Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 16

Programa: 1501 - NOSSA CIDADE MELHOR

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
71	Atividade	Manutenção Coleta de Lixo	Domicílio Servido	500.000	200.000,00
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS			
	Descrição:	Outros Produtos			0,00
	Produto esperado:				
	Projeto/Atividade				
72	Atividade	Manutenção de Praças, Parques e Paisagismo	Praça/Parque Conservado	1.000	50.000,00
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS			
	Descrição:	Outros Produtos			0,00
	Produto esperado:				
	Projeto/Atividade				
73	Atividade	Manutenção de Cemitérios	Inumações Realizadas	50.000	40.000,00
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS			
	Descrição:	Outros Produtos			0,00
	Produto esperado:				
	Projeto/Atividade				
74	Atividade	Manutenção da Iluminação Pública	Postos de Iluminação Mantidos	150.000	220.507,74
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS			
	Descrição:	Outros Produtos			0,00
	Produto esperado:				
	Projeto/Atividade				
75	Projeto	Pavimentação de Vias Urbanas	M2 de Ruas Pavimentadas	1.000.000	150.000,00
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
	Descrição:	Pavimentação de Vias			0,00
	Produto esperado:				
	Projeto/Atividade				

Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 17

Programa: 1501 - NOSSA CIDADE MELHOR

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
76	Atividade	Manutenção Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Não Mensurável	0,000	100.000,00
Função:	16 - HABITAÇÃO	Subfunção: 482 - HABITAÇÃO URBANA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
93	Atividade	Participação Consórcio Municipal da Cantuquinguaçu	Ações executadas	1,000	26.700,51
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	1.187.208,25

Programa: 1701 - SANEAMENTO BÁSICO

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
77	Atividade	Manutenção das Ações de Saneamento Básico	Pessoas Atendidas	250.000	140.000,00
Função:	17 - SANEAMENTO	Subfunção: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Pessoas Atendidas			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	140.000,00

Programa: 1801 - PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
78	Atividade	Atividades de Preservação Ambiental	Não Mensurável	0,000	50.000,00
Função:	18 - GESTÃO AMBIENTAL	Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				



Município de Espigão Alto do Iguaçu

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

2021

Página: 18

Programa: 1801 - PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
79	Atividade - Resíduos Sólidos	Manutenção das Atividades da Política Municipal de Resíduos Sólidos	Não Mensurável	0,000	260.000,00
Função:	18 - GESTÃO AMBIENTAL	Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
80	Projeto - Resíduos Sólidos	Execução de Projetos da Política Municipal de Resíduos Sólidos	Obras Executadas	1,000	70.000,00
Função:	18 - GESTÃO AMBIENTAL	Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Aterro Sanitário			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	380.000,00

Programa: 2001 - APOIO AO PRODUTOR RURAL

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
81	Atividade	Apoio ao Produtor Rural	Produtores Atendidos	620.000	779.423,66
Função:	20 - AGRICULTURA	Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Pessoas Atendidas			0,00
	Projeto/Atividade				
82	Atividade	Manutenção do Viveiro de Mudas	Mudas Distribuídas	60.000.000	100.000,00
Função:	20 - AGRICULTURA	Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				

Município de Espigão Alto do Iguaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2021

Página: 19

Programa: 2201 - MAIS EMPREGO

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
83	Atividade	Ações de Promoção a Industrialização	Empreendimento Apoiado	1,000	40.000,00
Função:	22 - INDÚSTRIA	Subfunção: 661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
84	Atividade	Incentivos a Atividades Comerciais	Empreendimento Apoiado	1,000	30.000,00
Função:	22 - INDÚSTRIA	Subfunção: 661 - PROMOÇÃO COMERCIAL			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
85	Atividade	Cursos de Treinamento e Qualificação do Trabalhador	Trabalhador Treinado/Qualifica	20,000	30.000,00
Função:	11 - TRABALHO	Subfunção: 334 - FOMENTO AO TRABALHO			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	100.000,00

Programa: 2601 - PROGRAMA NOSSOS CAMINHOS

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
86	Atividade	Manutenção Rede de Estradas Municipais	Km de Estrada Conservada	100,000	1.335.783,81
Função:	26 - TRANSPORTE	Subfunção: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
	Descrição:				
	Produto esperado:	Outros Produtos			0,00
	Projeto/Atividade				

 Município de Espigão Alto do Iguaçu LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES 2021		Página: 21										
 MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2021		Página: 1 / 1										
AMF - Tabela 1 (LRF, art.4º, § 1º)												
Especificação	2021				2022				2023			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL
Receita Total	24.653.681,25	23.592.039,47	0,005	100,000	26.379.438,94	25.243.482,24	0,005	100,000	28.225.999,67	27.010.526,00	0,005	100,000
Receitas Primárias (I)	24.618.155,00	23.558.043,06	0,005	99,856	26.341.425,86	25.207.106,09	0,005	99,856	28.185.325,67	26.971.603,51	0,005	99,856
Despesa Total	24.653.681,25	235.925.039,47	0,005	100,000	26.379.438,94	25.243.482,24	0,005	100,000	28.225.999,67	27.010.526,00	0,005	100,000
Despesas Primárias (II)	24.103.681,25	23.065.723,68	0,005	97,769	25.829.438,94	24.717.166,45	0,005	97,915	27.675.999,67	26.484.210,21	0,005	98,051
Resultado Primário (III) = (I - II)	514.473,75	492.319,38	0,000	2,087	511.986,92	489.939,64	0,000	1,941	509.326,00	487.393,30	0,000	1,804
Resultado Nominal	200.000,00	191.387,56	0,000	0,811	150.000,00	143.540,67	0,000	0,569	150.000,00	143.540,67	0,000	0,531
Dívida Pública Consolidada	2.500.000,00	2.392.344,50	0,001	10,140	2.100.000,00	2.009.569,38	0,000	7,961	1.800.000,00	1.722.488,04	0,000	6,377
Dívida Consolidada Líquida	2.000.000,00	1.913.875,60	0,000	8,112	1.800.000,00	1.722.488,04	0,000	6,823	1.600.000,00	1.531.100,48	0,000	5,666
Receitas Primárias Adivindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

 MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2021		Página: 1 / 1							
AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)									
Especificação	Metas previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação		
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) * 100	
Receita Total	21.833.480,00	0,005	106,922	20.627.749,87	0,005	101,017	(1.205.730,13)	(5,522)	
Receitas Primárias (I)	21.502.450,00	0,005	105,301	20.422.396,75	0,005	100,012	(1.080.053,25)	(5,023)	
Despesa Total	21.833.480,00	0,005	106,922	19.239.521,10	0,005	94,219	(2.593.958,90)	(11,881)	
Despesas Primárias (II)	21.283.480,00	0,005	104,228	18.538.261,95	0,005	90,785	(2.745.218,05)	(12,898)	
Resultado Primário (I-II)	218.970,00	0,000	1,072	1.884.134,80	0,000	9,227	1.665.164,80	760,453	
Resultado Nominal	250.000,00	0,000	1,224	554.461,90	0,000	2,715	304.461,90	121,785	
Dívida Pública Consolidada	3.500.000,00	0,000	17,140	2.781.828,23	0,000	13,623	(718.171,77)	(20,519)	
Dívida Consolidada Líquida	3.200.000,00	0,000	15,671	490.893,82	0,000	2,404	(2.709.106,18)	(84,660)	

 MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2021		Página: 1 / 1									
AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, § 2º, inciso II)											
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	21.044.000,00	21.833.480,00	3,75	26.200.823,60	20,00	24.653.681,25	(5,90)	26.379.438,94	7,00	28.225.999,67	7,00
Receitas Primárias (I)	19.915.000,00	21.502.450,00	7,97	23.007.621,50	7,00	24.618.155,00	7,00	26.341.425,86	7,00	28.185.325,67	7,00
Despesas Total	21.044.000,00	21.833.480,00	3,75	23.040.823,60	5,53	24.653.681,25	7,00	26.379.438,94	7,00	28.225.999,67	7,00
Despesas Primárias (II)	20.494.000,00	21.283.480,00	3,85	22.490.823,60	5,67	24.103.681,25	7,17	25.829.438,94	7,16	27.675.999,67	7,15
Resultado Primário (III) = (I)-(II)	(579.000,00)	218.970,00	(137,82)	516.797,90	136,01	514.473,75	(0,45)	511.986,92	(0,48)	509.326,00	(0,52)
Resultado Nominal	(900.000,00)	250.000,00	(127,78)	(3.000.000,00)	(1.300,00)	200.000,00	(106,67)	150.000,00	(25,00)	150.000,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	3.600.000,00	3.500.000,00	(2,78)	5.500.000,00	57,14	2.500.000,00	(54,55)	2.100.000,00	(16,00)	1.800.000,00	(14,29)
Dívida Consolidada Líquida	3.500.000,00	3.200.000,00	(8,57)	5.100.000,00	59,38	2.000.000,00	(60,78)	1.800.000,00	(10,00)	1.600.000,00	(11,11)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	20.137.799,04	20.893.282,30	3,75	25.072.558,47	20,00	23.592.039,47	(5,90)	25.243.482,24	7,00	27.010.526,00	7,00
Receitas Primárias (I)	19.057.416,27	20.576.507,16	7,97	22.016.862,68	7,00	23.558.043,06	7,00	25.207.106,31	7,00	26.971.603,51	7,00
Despesas Total	20.137.799,04	20.893.282,30	3,75	22.048.635,02	5,53	23.592.039,47	7,00	25.243.482,24	7,00	27.010.526,00	7,00
Despesas Primárias (II)	19.611.483,25	20.366.966,51	3,85	21.522.319,23	5,67	23.065.723,68	7,17	24.717.166,45	7,16	26.484.210,21	7,15
Resultado Primário (III) = (I)-(II)	(554.066,98)	209.540,67	(137,82)	494.543,45	136,01	492.319,38	(0,45)	489.939,86	(0,48)	487.393,30	(0,52)
Resultado Nominal	(861.244,02)	239.234,45	(127,78)	(2.670.813,40)	(1.300,00)	191.387,56	(106,67)	143.540,67	(25,00)	143.540,67	0,00
Dívida Pública Consolidada	3.444.976,08	3.349.282,30	(2,78)	5.263.157,89	57,14	2.392.344,50	(54,55)	2.009.569,38	(16,00)	1.722.488,04	(14,29)
Dívida Consolidada Líquida	3.349.282,30	3.062.200,96	(8,57)	4.880.382,76	59,38	1.913.875,60	(60,78)	1.722.488,04	(10,00)	1.531.100,48	(11,11)

 MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2021		Página: 1 / 1						
AMF - Tabela 4 - (LRF, art.4º, §2, inciso III)								
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital			23.269.092,34	100,0	21.738.498,29	100,0	17.074.523,43	100,0
Reservas			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL			23.269.092,34	100,00	21.738.498,29	100,00	17.074.523,43	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2021		Página: 1 / 1		
AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2, inciso III)				
RECEITAS REALIZADAS		2019(a)	2018(b)	2017(c)
RECEITAS DE CAPITAL (I)		0,00	0,00	33.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00	33.000,00
Alienação de Bens Móveis		0,00	0,00	33.000,00
Alienação de Bens Imóveis		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis		0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS		2019(d)	2018(e)	2017(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)		0,00	0,00	54.524,38
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	54.524,38
Investimentos		0,00	0,00	54.524,38
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.		0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social		0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos		0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO III		(g) = ((Ia - IId) + IIIf)	(h) = ((Ib - IIf) + IIIf)	(i) = ((Ic - IIIf)
		(21.524,38)	(21.524,38)	(21.524,38)

 		MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2021				Página: 1 / 3	
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")							
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES							
PLANO PREVIDENCIÁRIO							
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2017		2018		2019	
RECEITAS CORRENTES (I)		0,00		0,00		0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00		0,00		0,00	
Civil		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00	
Militar		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00	
Receita de contribuições Patronais		0,00		0,00		0,00	
Civil		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00	
Militar		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00	
Receita Patrimonial		0,00		0,00		0,00	
Receitas Imobiliárias		0,00		0,00		0,00	
Receitas de Valores Mobiliários		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas Patrimoniais		0,00		0,00		0,00	
Receita de Serviços		0,00		0,00		0,00	
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes		0,00		0,00		0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00		0,00		0,00	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		0,00		0,00		0,00	
Demais Receitas Correntes		0,00		0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)		0,00		0,00		0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00		0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)		0,00		0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2017		2018		2019	
Benefícios - Civil		0,00		0,00		0,00	
Aposentadorias		0,00		0,00		0,00	
Pensões		0,00		0,00		0,00	
Outros Benefícios Previdenciários		0,00		0,00		0,00	
Benefícios - Militar		0,00		0,00		0,00	
Reformas		0,00		0,00		0,00	
Pensões		0,00		0,00		0,00	
Outros Benefícios Previdenciários		0,00		0,00		0,00	
Outras Despesas Previdenciárias		0,00		0,00		0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00		0,00		0,00	
Demais Despesas Previdenciárias		0,00		0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)		0,00		0,00		0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)		0,00		0,00		0,00	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		2017		2018		2019	
VALOR		0,00		0,00		0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		2017		2018		2019	
VALOR		0,00		0,00		0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		2017		2018		2019	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar		0,00		0,00		0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0,00		0,00		0,00	
Outros Aportes para o RPPS		0,00		0,00		0,00	
Recursos para Cobertura de Deficit Financeiro		0,00		0,00		0,00	

 		MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2021				Página: 2 / 3	
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")							
BENS E DIRETOS DO RPPS		2017		2018		2019	
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00		0,00		0,00	
Investimentos e Aplicações		0,00		0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos		0,00		0,00		0,00	
PLANO FINANCEIRO							
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2017		2018		2019	
RECEITA CORRENTES (VII)		0,00		0,00		0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00		0,00		0,00	
Civil		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00	
Militar		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00	
Receita de Contribuições Patronais		0,00		0,00		0,00	
Civil		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00	
Militar		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00	
Em Regime de Parcelamento de Débitos		0,00		0,00		0,00	
Receita Patrimonial		0,00		0,00		0,00	
Receitas Imobiliárias		0,00		0,00		0,00	
Receitas de Valores Mobiliários		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas Patrimoniais		0,00		0,00		0,00	
Receita de Serviços		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes		0,00		0,00		0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00		0,00		0,00	
Demais Receitas Correntes		0,00		0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		0,00		0,00		0,00	
Alienação de Bens,Direitos e Ativos		0,00		0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)		0,00		0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2017		2018		2019	
Benefícios - Civil		0,00		0,00		0,00	
Aposentadorias		0,00		0,00		0,00	
Pensões		0,00		0,00		0,00	
Outros Benefícios Previdenciários		0,00		0,00		0,00	
Benefícios - Militar		0,00		0,00		0,00	
Reformas		0,00		0,00		0,00	
Pensões		0,00		0,00		0,00	
Outros Benefícios Previdenciários		0,00		0,00		0,00	
Outras Despesas Previdenciárias		0,00		0,00		0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00		0,00		0,00	
Demais Despesas Previdenciárias		0,00		0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)		0,00		0,00		0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)		0,00		0,00		0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS		2017		2018		2019	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00		0,00		0,00	
Recursos para Formação de Reserva		0,00		0,00		0,00	
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		2017		2018		2019	
RECEITAS CORRENTES		0,00		0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00		0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2021				
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		Página: 3 / 3		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2017	2018	2019	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 2021				
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		Página: 1 / 1		
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. anterior) + (c)
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2021				
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso V)		Página: 1 / 1		
CODIGO	TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	COMPENSAÇÃO
1	COSIP	Anistia	Os casos de isenções e imunidades previstas na legislação tributária eram existentes antes da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.	0,00
2	ITPU	Anistia	Os casos de isenções e imunidades previstas na legislação tributária eram existentes antes da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.	0,00
3	ISS	Anistia	Os casos de isenções e imunidades previstas na legislação tributária eram existentes antes da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.	0,00
4	ITBI	Anistia	Os casos de isenções e imunidades previstas na legislação tributária eram existentes antes da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.	0,00
5	TAXAS	Anistia	Os casos de isenções e imunidades previstas na legislação tributária eram existentes antes da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.	0,00
TOTAL				0,00

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2021				
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		Página: 1 / 1		
EVENTOS	Valor Previsto 2021			
Aumento permanente da receita	1.612.857,65			
(-) Transferências constitucionais	0,00			
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00			
Saldo final do aumento permanente de receita (I)	1.612.857,65			
Redução permanente de despesa (II)	0,00			
Margem bruta (III) = (I+II)	1.612.857,65			
Saldo utilizado da margem bruta (IV) = (V+VI)	1.300.000,00			
Novas DOCC (V)	1.300.000,00			
Novas DOCC geradas por PPP's (VI)	0,00			
Margem líquida de expansão de DOCC (VII) = (III-IV)	312.857,65			

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO NA DATA DE ENVIO DO PROJETO DE LEI DA LOO 2021				
AMF - Tabela 1.1 (LRF, art.4º, § 1º)		Página: 1 / 1		
CODIGO DO PROJETO / ATIVIDADE	NOME DO PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO	EXECUÇÃO
1034	Construção de Muro de Arrimo - Cemitério Municipal	Metros Cúbicos	26,89	30.734,30
				18,50
				21.143,70
				8,39
				9.590,60

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA 2021				
AMF - Tabela 1.2 (LRF, art.4º, § 1º)		Página: 1 / 1		
CODIGO ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA	ESTIMADA	PROJETADA	METODOLOGIA DE CÁLCULO
11 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	1.135.808,02	755.232,48	819.787,99	877.175,15
12 CONTRIBUIÇÕES	193.754,17	205.257,33	206.082,00	220.507,74
13 RECEITA PATRIMONIAL	75.706,92	80.398,59	56.100,10	60.027,11
16 RECEITA DE SERVIÇOS	122.970,46	497.565,90	394.273,60	421.872,75
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.869.929,75	18.871.438,47	21.515.463,70	23.021.546,16
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11,53	10.143,61	49.116,21	52.554,34
21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	869.208,63	135.254,07	3.160.000,00	0,00
24 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.904.323,63	72.459,42	0,00	0,00

ASSOCIAÇÃO DE PEQ. PRODUTORES RURAIS SÃO FRANCISCO DE ASSIS

CNPJ: 05.942.835/0001-84

Comunidade Campo das Crianças, s/n, zona rural – CEP: 85390-000

Extrato segundo Termo de aditivo ou supressão ao Contrato n. 01/2020

Partes: ASS. DOS PROD. RUR SÃO FRANCISCO DE ASSIS – Contratante. CNPJ 05.942.835/0001-84

AUTO POSTO LINKE – Contratada. CNPJ:79.586.459/0001-79

Objeto: Aquisição de combustível.

Valor contrato inicial: R\$ 11.627,20 (onze mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte centavos)

VALOR DO ADITIVO ou SUPRESÃO do VALOR DO CONTRATO : R\$ 632,10 (seiscentos e trinta e dois reais e dez centavos).

VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS A SUPRESSÃO OU ADITIVO: R\$ 12.259,30 (doze mil, duzentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos)

CLAUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO DAS CLAUSULAS: 1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato, firmada entre as partes. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 3 (três) vias de teor igual e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE E CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo:

Data: Virmond/Pr, 06 de julho de 2020.

Assinam: Associação dos Produtores Rurais São Francisco de Assis / Auto Posto Linke – Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL Espigão Alto do Iguaçu Administração 2017 - 2020				
REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020/PMEAI				
A Comissão de Licitação constituída pelos Senhores: José Carlos Andreiv, Cesar Luiz Oliveira e Marcio Bonelli, comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Tomada de Preços nº 004/2020/PMEAI, cujo objeto é a contratação de empresa para a execução de serviços de mão de obra para a reforma do Centro Municipal de Saúde de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, através da Secretaria Municipal de Saúde, que, após a análise e verificação da(s) proposta(s) ofertada(s), decidiu classificar a(s) seguinte(s) proponente(s):				
Nº de Ordem	Lote nº	Proponentes	Valor Total	Classificação
1	Unico	VALDIR DE LIMA FRANCO CONSTRUTORA - ME	61.018,24	1ª
2	Unico	PERIN ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME	62.010,15	2ª
Espigão Alto do Iguaçu, 06 de julho de 2020.				

Presidente da Comissão:	
Membros da Comissão:	

PREFEITURA MUNICIPAL DE EPIGÃO ALTO DO IGUAÇU AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020/PMEAI EXCLUSIVO PARA ME/PP/MEI				
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo diversos, para combate ao novo coronavírus (COVID-19), com recursos do Fundo Estadual de Saúde (Resolução SESA Nº 705/2020), através da Secretaria Municipal de Saúde de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.				
As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 20/07/2020.				
Autorização: Hilário Czechowski – Prefeito Municipal.				
Informações sobre o pregão: O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacoes-e-com.br , ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3553-1484.				
Espigão Alto do Iguaçu, 06 de julho de 2020.				
JOSÉ CARLOS ANDREIV Prefeito				
MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ				
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000 CNPJ 01.531.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br				

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2020-PMPB				
O Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio de sua Prefeitura Municipal, tendo em vista o disposto nas Leis Federais 8666/93, 10.520/02 e alterações, torna público que realizará às 09h00min do dia 20 de julho de 2020, a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2020, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONFORME CONVÊNIO Nº 892230/2019 – MAPA, segundo condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. O Edital e seus anexos deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, na Rua das Camélias, 900, Centro, Porto Barreiro/PR, junto a Divisão de Licitação, bem como por solicitação via e-mail – prefeitura@portobarreiro@yahoo.com.br ou no site www.bl.org.br ou www.portobarreiro.pr.gov.br .				
Porto Barreiro, 06 de julho de 2020.				

MARINEZ BALDIN CROTTI Prefeita Municipal				
Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ				
CNPJ 78.279.981/0001-45 Rua Cinderele, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185				
DECRETO Nº 131/2020				
Súmula: Abre crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Cantagalo – PR.				

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.077/2019 de 11/10/2019.				
DECRETA:				
Art. 1º - Fica aberto no orçamento geral do Município de Cantagalo/PR, para o exercício de 2020, um crédito adicional por:				
* Anulação de Dotação: na importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)				
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de Anulação de Dotação, conforme relatório de alteração orçamentária em anexo e que faz parte desse Decreto.				
Art. 3º - Este Decreto vigora na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.				
Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, 02 de Julho de 2020.				
JAIR ROCHA DA SILVA Prefeito Municipal				

Município de Cantagalo - 2020 Relatório de alteração orçamentária por funcional programática				
Licitado nº 1128 - Decreto nº 131/2020 de 02/07/2020				
Atividade: 107 - Leis e decretos	Recursos de crédito adicional	Previsão	Realizado	
Subatividade: 107.000 - Manutenção de serviços de administração	Anulação de Dotação	2.500,00	2.500,00	
107.000.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Anulação de Dotação	2.500,00	2.500,00	
107.000.000.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Anulação de Dotação	2.500,00	2.500,00	
107.000.000.000.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Anulação de Dotação	2.500,00	2.500,00	
107.000.000.000.000.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Anulação de Dotação	2.500,00	2.500,00	
107.000.000.000.000.000.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Anulação de Dotação	2.500,00	2.500,00	
107.000.000.000.000.000.000.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Anulação de Dotação	2.500,00	2.500,00	
107.000.000.000.000.000.000.000.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Anulação de Dotação	2.500,00	2.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 78.279.981/0001-45				
Construindo uma nova história Atm. 2017/2020				
DECRETO Nº: 132/2020				
SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal que menciona.				
O Prefeito do Município de Cantagalo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:				
DECRETA				
Art. 1º - A nomeação da Sra. ANALI IENKE, portador do RG. nº 10.978.302-1 e CPF: nº 087.863.829-69, para ocupar o cargo de Assistente administrativa, da Secretaria de Saúde do quadro de Provimento em Comissão deste Município.				
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua emissão, retroativo à 01/07/2020.				
Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, 06 de Julho de 2020.				
JAIR ROCHA DA SILVA Prefeito Municipal				

Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ CNPJ 78.279.981/0001-45 Rua Cinderele, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185				
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2020-PMC				
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VIGAS E PRANCHAS DE EUCALIPTO PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO-PR.				
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE CANTAGALO. Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº. 78.279.981.0001-45, com endereço à Rua Cinderele, 379, Vila Planalto, Cantagalo, PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR ROCHA DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 4.652.899-9 SSP/PR e CPF/MF n.º 777.826.319-04.				

ATA Nº. 68/2020

DETERENTORA DA ATA: MARTINELLI MADEIRAS EIRELI, com sede na Rua Fioreto Busatta prolongamento s/nº, Bairro Cristo Rei Município de Chopinzinho/PR CEP 85.560-000 e inscrita no CNPJ sob nº 12.014.626/0001-36, representada pela Sra. **LETÍCIA MARIA ZANNELO MARTINELLI**, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 13.074.057-0 SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 093.938.659-30.

Preços registrados:

Quantidade	Produto/Service	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1 VIGA DE EUCALUPTO TRATADO C ATÉ 7,5 METROS E DIÂM. DE 0,25 A 0,30 CM VIGA DE EUCALUPTO TRATADO EM AUTOCULAVE COM CCA (COBRE, CROMO E ARSÊNICO) COM COMPRIMENTO DE ATÉ 7,5 METROS E DIÂMETRO DE 0,25 A 0,30 CM COM DURABILIDADE MÍNIMA DE 10 ANOS CONTRA APODRECIMENTO E FUNGOS.	MARTINELLI MADEIRAS	CONFORME EDITAL	M²	200,00	R\$ 70,00	R\$ 14.000,00
1	2 PRANCHAS DE EUCALUPTO TRATADO COM ATÉ 5 METROS PRANCHAS DE EUCALUPTO TRATADO EM AUTOCULAVE COM CCA (COBRE, CROMO E ARSÊNICO) COM ATÉ 5 METROS DE COMPRIMENTO E PRESSURIZADA ENTRE 0,05 E 0,07 CM E LARGURA DE 0,22 A 0,30 CM COM DURABILIDADE MÍNIMA DE 10 ANOS CONTRA	MARTINELLI MADEIRAS	CONFORME EDITAL	M²	80,00	R\$ 100,00	R\$ 8.000,00



Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º. 03/2020-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPE ASFÁLTICO SOBRE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA A SER EXECUTADO NA RUA ALZIRA PINTO, ENTRE OS BAIRROS DARIANA E MARIA AUGUSTA, NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO/PR.

CONTRATO N.º 69/2020

CONTRATANTE: Município de Cantagalo, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.º. 78.279.981/0001-45, com sede na Rua Cinderela, 379, Centro, Cantagalo, Paraná, CEP. 85.160-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor, Jair Rocha da Silva.

CONTRATADA: V. ALBIERO & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 79.189.718/0001-28, situada a Rua Carlos Gomes, n.º 3626 CEP. 85.801-090, neste ato representada pelo Sr. LUIZ FERNANDO BRAGGIO PIELAK, brasileiro, portador do CPF/MF n.º 404.942.849-00, e cédula de identidade n.º 2.092.812-3 SSP/PR, residente e domiciliado em Cascavel-PR, no valor R\$ 159.018,32 (cento e cinquenta e nove mil e dezoito reais e trinta e dois centavos), para a execução do objeto.

VIGÊNCIA: 24/06/2020 A 23/06/2021.

ASSINATURA: 24 de Junho de 2020.

FORO: Comarca de Cantagalo – Paraná



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ
CNPJ 17.851.062/0001-00

ATA Nº 04/2020

Aos trinta dias de junho de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, na Prefeitura de Pinhão, Estado do Paraná, por convocação ordinária do Diretor Presidente do CRJ, Sr. **LEONARDO JOSÉ VALENGA**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da Cédula de Identidade RG nº 5370983-4 SSP PR, inscrito no CPF/MF 024.411.779-90 residente e domiciliado na Rua Padre Chagas, 3829, Centro, na cidade de Guarapuava, Paraná, com a presença do Sr. **ODIR ANTONIO GOTARDO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 402.950.493-5 SSP-RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 469.307.360-15, residente na Rua Dr. Nilo Vivier, nº 102, no município de Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85170-000, Prefeito de Pinhão – PR. Esteve presente a Controle Interno do CRJ, a Sra. **DANUSIA TALITA FERREIRA OLIVEIRA**, brasileira, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.890.114-0 II/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 072.014.079-02, residente e domiciliada na Rua Vicente Machado, nº 3609, bairro Dos Estados, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.035-180, a Assistente Administrativo do CRJ, a Sra. **MARIA EDUARDA PEREIRA ANTONICHEN**, brasileira, solteira, assistente administrativo, portadora da Cédula de RG nº 13.649.307-8 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 104.815.459-99, residente e domiciliada na Rua Frei Corbiniano, nº 33, bairro Mazurechen, na cidade de Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85.170-000, o membro do Conselho Fiscal, o Sr. **ADILSON JOSÉ DA FONSECA SANTAREN**, brasileiro, casado, administrador, RG 9.035.615-1 SSP-PR, CPF 054.012.689-63, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135 Ap. 104, Centro, Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85170-000, o Secretário de Finanças do Município de Pinhão, o Sr. **SAULO ANTONIO MENDES**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG 8.375.403-6 SSP PR, inscrito no CPF/MF 045.068.139-44, residente e domiciliado na Av. Quinze de Novembro, 128, Bairro Jardim Dona Evanira, Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85.170-000. Após as apresentações, passou-se a discussão e deliberação sobre a pauta: 1 - Apresentação das contas do primeiro quadrimestre de 2020 e atuais circunstâncias dos municípios; 2 - Sindicância Óleo Diesel; 3 - PCA 2019; 4 - Rodas do Caminhão BAU 6349 trocadas. Inicialmente o Diretor Presidente deu as boas vindas a todos. Foi apresentado o orçamento projetado para o ano de 2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ
CNPJ 17.851.062/0001-00

ATA Nº 04/2020

Aos trinta dias de junho de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, na Prefeitura de Pinhão, Estado do Paraná, por convocação ordinária do Diretor Presidente do CRJ, Sr. **LEONARDO JOSÉ VALENGA**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da Cédula de Identidade RG nº 5370983-4 SSP PR, inscrito no CPF/MF 024.411.779-90 residente e domiciliado na Rua Padre Chagas, 3829, Centro, na cidade de Guarapuava, Paraná, com a presença do Sr. **ODIR ANTONIO GOTARDO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 402.950.493-5 SSP-RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 469.307.360-15, residente na Rua Dr. Nilo Vivier, nº 102, no município de Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85170-000, Prefeito de Pinhão – PR. Esteve presente a Controle Interno do CRJ, a Sra. **DANUSIA TALITA FERREIRA OLIVEIRA**, brasileira, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.890.114-0 II/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 072.014.079-02, residente e domiciliada na Rua Vicente Machado, nº 3609, bairro Dos Estados, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.035-180, a Assistente Administrativo do CRJ, a Sra. **MARIA EDUARDA PEREIRA ANTONICHEN**, brasileira, solteira, assistente administrativo, portadora da Cédula de RG nº 13.649.307-8 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 104.815.459-99, residente e domiciliada na Rua Frei Corbiniano, nº 33, bairro Mazurechen, na cidade de Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85.170-000, o membro do Conselho Fiscal, o Sr. **ADILSON JOSÉ DA FONSECA SANTAREN**, brasileiro, casado, administrador, RG 9.035.615-1 SSP-PR, CPF 054.012.689-63, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135 Ap. 104, Centro, Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85170-000, o Secretário de Finanças do Município de Pinhão, o Sr. **SAULO ANTONIO MENDES**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG 8.375.403-6 SSP PR, inscrito no CPF/MF 045.068.139-44, residente e domiciliado na Av. Quinze de Novembro, 128, Bairro Jardim Dona Evanira, Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85.170-000. Após as apresentações, passou-se a discussão e deliberação sobre a pauta: 1 - Apresentação das contas do primeiro quadrimestre de 2020 e atuais circunstâncias dos municípios; 2 - Sindicância Óleo Diesel; 3 - PCA 2019; 4 - Rodas do Caminhão BAU 6349 trocadas. Inicialmente o Diretor Presidente deu as boas vindas a todos. Foi apresentado o orçamento projetado para o ano de 2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ
CNPJ 17.851.062/0001-00

demonstrando que as despesas já haviam sido contingenciadas para o ano de 2020, bem como apresentadas as contas do primeiro quadrimestre de 2020. Diante das atuais circunstâncias devido ao COVID-19, o Município de Pinhão se apresenta com grandes dificuldades financeiras e está com dificuldade em realizar os repasses previstos no Contrato de Rateio 2020. Devido a isso, ficou acordado que a partir do mês de junho de 2020, ambos os municípios consorciados (Pinhão e Guarapuava) farão os repasses somente do que for executado e não a totalidade do que está previsto no contrato até que a crise na arrecadação seja amenizada. Também foi mencionado sobre o andamento da sindicância que apura o estoque de diesel, a qual terá início do período inquisitivo no mês de julho. Foi dada a ciência aos presentes que a prestação de contas do ano de 2019 foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. E ainda, foi informado que o Caminhão Ford, Placa BAU 6349 – Frota 07 veio para Guarapuava com duas rodas que não são originais do veículo, ou seja, o veículo possui rodas originais de 22,5 cm e a frota veio com rodas de 20 cm. Consta em anexo a esta Ata a lista de presença com a assinatura dos presentes nessa Assembleia Geral Extraordinária. Não mais havendo a tratar, o Sr. Diretor Presidente agradeceu a presença de todos, sendo lavrada a presente ata, redigida e assinada por mim, Danusia Talita Ferreira Oliveira, Controle Interno do CRJ, pela Assembleia Geral, para que produza todos os efeitos legais.

ODIR ANTONIO GOTARDO
Prefeito de Pinhão – PR

LEONARDO JOSE VALENGA
Diretor Presidente – CRJ

DANUSIA TALITA FERREIRA OLIVEIRA
Controle Interno – CRJ



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ
CNPJ 17.851.062/0001-00

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ata nº 004/2020

NOME	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ASSINATURA
ODIR ANTONIO GOTARDO	469.307.360-15	
LEONARDO JOSE VALENGA	024.411.779-90	
ADILSON JOSÉ DA FONSECA SANTARÉM	054.012.689-63	
SAULO ANTONIO MENDES	045.068.139-44	
DANUSIA TALITA FERREIRA OLIVEIRA	072.014.079-02	
MARIA EDUARDA PEREIRA ANTONICHEN	104.815.459-99	



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ
CNPJ 17.851.062/0001-00

ATO DO GESTOR Nº 006/2020

SÚMULA: Repasses Municípios Consorciados.

LEONARDO JOSE VALENGA, Diretor Presidente do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão – CRJ, no uso de suas atribuições estatutárias, bem como com base no artigo 24, inciso I, da 5ª alteração do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão – CRJ, e tendo em vista o contido na Ata 04/2020

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, como medida de contenção de gastos, que os Municípios Consorciados efetuem o repasse apenas dos valores efetivamente executados a partir de junho de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Guarapuava, 06 de julho de 2020.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ
CNPJ 17.851.062/0001-00

LEONARDO JOSE VALENGA
Diretor Presidente do CRJ

EXTRATO nº008/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 003/2020

PROCESSO nº 011/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada em aferição de tacógrafos, para veículos cedidos pelo governo do Estado do Paraná, por meio do programa Pró Rural, destinados ao Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão – CRJ.

CONTRATADA: LEEP AUTOMOTIVO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 2.969,40 (Dois mil novecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03/07/2020.

PUBLIQUE – SE

Guarapuava, 03 de Julho de 2020.

(Assinatura no original)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ
CNPJ 17.851.062/0001-00

LEONARDO JOSÉ VALENGA
Diretor Presidente do CRJ

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2020

PROCESSO n.º 011/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em aferição de tacógrafos, para veículos cedidos pelo governo do Estado do Paraná, por meio do programa Pró Rural, destinados ao Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão.

O Diretor Presidente do CRJ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto, com base no Artigo 24, inciso IV e artigo 26, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como no Parecer Jurídico, fls. 43/44, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 2.969,40 (dois mil novecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), para a contratação da Empresa **LEEP AUTOMOTIVO LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 22.502.880/0001-37.

PUBLIQUE – SE

Guarapuava, 03 de Julho de 2020.

(Assinatura no original)

LEONARDO JOSÉ VALENGA
Presidente - CRJ



ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ – ASSISCOP
CNPJ N.º 02.322.413/0001-18
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1.º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2019-ASSISCOP

CONTRATO Nº 29-19

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM COMPLETA (INTERNA E EXTERNA) DOS VEÍCULOS DA FROTA DO CONSÓRCIO.

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOP, CNPJ n.º 02.322.413/0001-18, com endereço à Rua Diogo Pinto, n.º 1320, Centro, Laranjeiras do Sul - PR, neste ato representada pelo Presidente da ASSISCOP Sra. MARINEZ BALDIN CROTTI.

CONTRATADA: VALDIR ARNALDO DANILAVICIUS 88105229900 com sede em Laranjeiras do Sul, Paraná, rua Getúlio Vargas, nº 1019, Centro, CEP 85301-110, Inscrita no CNPJ/MF nº 12.568.868/0001-71, representada pelo senhor Valdir Arnaldo Danilavicius.

DATA DE ASSINATURA: 01 de julho 2020.

PRORROGADO : de 09 (nove) meses, encerrando-se na data de **01 de março de 2021**

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul – Paraná.



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO PÊLO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2020

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às 9 horas do dia 22 de julho de 2020, na Sala de Licitações do Paço Municipal, na Avenida Brasil, nº 245, centro, em Três Barras do Paraná/Pr, **TOMADA DE PREÇOS**, sob o regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA EM ESTRADAS RURAIS VICINAIS DAS COMUNIDADES DE ALTO BARRA BONITA E SERTÃOZINHO, DE ACORDO COM PROJETOS DE ENGENHARIA, MEMORIAIS DESCRITIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO CONTRATO DE REPASSE Nº 892849/2019/MAPA/CAIXA E CONVÊNIO Nº 450004669-0-ITAIPU.**

A íntegra do instrumento convocatório e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ser obtido através do sítio eletrônico www.tresbarras.pr.gov.br, ou solicitada através do e-mail licitação@tresbarras.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (45) 3235-1212.

PUBLIQUE-SE.

Três Barras do Paraná/PR, 6 de julho de 2020.

HÉLIO KUERTEN BRUNING
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ n.º 95.587.689/0001-09
Rua Duque de Caxias, nº 50, Centro, CEP n.º 85.390-000
Fone: (42) 3618 1006

ERRATA – PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 06/2020 – CMV

Objeto: Contratação de serviços de engenharia para a elaboração do memorial descritivo e dos Projetos Básico e Executivo visando a execução da ampliação do prédio da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vimond/PR, medindo 60 m².

ONDE SE LÊ:

Contratado: Profissional Sr. DIOCLEZIO PLANK, engenheiro CREA/PR 144.600/D, inscrito no CPF nº 082.779.639-04, CLYSEVERTON MARCOLINA, engenheiro civil, CREA/PR 100672/D, inscrito no CPF nº 050.250.929-57, residente e domiciliado na Rua Paraná, n.º1998 residente e domiciliado na Rua João Pontarolo, nº 37, no Município de Cantagalo - Pr, Cep.85.160-000, no Município de Cantagalo.

LEIA-SE:

Contratado: Profissional Sr. CLYSEVERTON MARCOLINA, engenheiro civil, CREA/PR 100672/D, inscrito no CPF nº 050.250.929-57, residente e domiciliado na Rua Paraná, n. 1998 residente e domiciliado na Rua João Pontarolo, nº 37, no Município de Cantagalo - PR, Cep.85.160-000, no Município de Cantagalo.

Virmond/PR, 06 de julho de 2020.

Comissão de Licitação

PORTARIA Nº. 053/2020
DATA – 02/07/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Art. 28, inciso XXXVI do Regimento Interno - RI da Câmara Municipal de Pinhão;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 01/2005 de 11/11/2005, e a Resolução nº. 04/2009 de 28/09/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimento, Carreira e o Reajuste Salarial dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Pinhão;

RESOLVE:

Art. 1.º.- EXONERAR o Sr. **PEDRO FERREIRA KINCELER**, inscrito no CPF nº. 943.622.899-88, RG nº. 6.441.778-9, que ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Vereança, com remuneração correspondente ao Nível CC06, lotado junto a Secretaria da Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná.

Art. 2.º.- O Assessor de Vereança exonerado no Art. 1º é indicação do Vereador OSVALDECI LIMA.

Art. 3.º.- Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4.º. - Publique-se.

Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, 02 de

Julho de 2020.

LUIZ HAMILTON KITCKI
Presidente da Câmara
Gestão 2020

PORTARIA Nº. 054/2020
DATA – 03/07/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Art. 28, inciso XXXVI do Regimento Interno - RI da Câmara Municipal de Pinhão;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 01/2005 de 11/11/2005, e a Resolução nº. 04/2009 de 28/09/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimento, Carreira e o Reajuste Salarial dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Pinhão;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 04/2008 de 24/11/2008, que dispõe sobre critério para nomeação de Assessores de Vereança da Câmara Municipal de Pinhão.

RESOLVE:

Art. 1.º.- NOMEAR o Sr. **ROBERT DOS SANTOS KINCELER**, inscrito no CPF nº. 141.655.149-26, RG nº. 15.755.730-0-SESP-PR, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Vereança, com remuneração correspondente ao Nível CC06, lotado junto a Secretaria da Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná.

Art. 2.º.- O Assessor de Vereança nomeado no Art. 1º é indicação do Vereador OSVALDECI LIMA.

Art. 3.º.- Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4.º. - Publique-se.

Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, 03 de

Julho de 2020.

LUIZ HAMILTON KITCKI
Presidente da Câmara
Gestão 2020